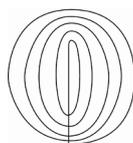


PENSAMENTO E LINGUAGEM

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Pensamento e Linguagem
Copyright © 2014 do autor
Rui Silva

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0060>

Todos os direitos reservados

Resumo

A relação entre pensamento e linguagem é um problema filosófico tradicional que tem sido objeto de debates aprofundados na filosofia analítica entre aqueles que defendem que o pensamento requer linguagem e os seus adversários mentalistas que afirmam a existência de pensamento não-linguístico. Um representante típico da primeira posição (lingualismo) é Davidson, o qual considera ser possível demonstrar filosoficamente a existência de uma conexão entre conceito, crença e linguagem. Pelo contrário, mentalistas como Fodor, apesar de defenderem que o pensamento se assemelha a uma linguagem (a “linguagem do pensamento”), por ser constituído por símbolos ou representações mentais com uma sintaxe e semântica combinatória, afirmam o primado do pensamento sobre a linguagem natural, bem como a possibilidade de pensamento em seres não-linguísticos. A reflexão sobre este problema deve ser empiricamente informada, razão pela qual são tidos em consideração contributos do domínio da ciência cognitiva.

Palavras-chave

Pensamento, linguagem, linguagem do pensamento, relatividade linguística, percepção.

Abstract

The relation between thought and language is a traditional philosophical problem that has been object of in-depth debates in the analytic philosophy between those who claim that thought requires language and their mentalist opponents, who defend the existence of nonlinguistic thought. A typical representative of the first position (lingualism) is Davidson, who claims that it is possible to demonstrate philosophically the existence of a connection between concept, belief and language. On the contrary, mentalists like Fodor, in spite of claiming that thought is similar to a language (the “language of thought”), in the sense that it is constituted by symbols or mental representations with a combinatorial syntax and semantics, defend the primacy of thought over natural languages, as well as the possibility of thought in nonlinguistic creatures. The reflection on this problem must be empirically informed, and for this reason the paper takes into account contributions from the domain of cognitive science.

Keywords

Thought, language, language of thought, linguistic relativity, perception.

Pensamento e Linguagem

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0060>

1 Introdução

A tradição filosófica, desde a filosofia grega até ao empirismo inglês, sempre tendeu a conceber o pensamento como algo de anterior à linguagem e esta última como um veículo ou meio de manifestação de pensamentos previamente formados. No início do tratado *Da Interpretação*, do *Organon*, Aristóteles afirma explicitamente que as palavras escritas são sinais dos sons verbais e que estes são sinais dos estados de alma. Isto não significa que a tradição tenha considerado a linguagem como inoperante do ponto de vista cognitivo, mas quando se reconhecia o seu efeito sobre o conhecimento humano, o mesmo era normalmente considerado negativo. Deste modo, Francis Bacon, no *Novum organum*, em particular na sua teoria dos *idola*, denunciou a influência nociva dos preconceitos ou enviesamentos presentes na linguagem (aquilo a que chamava os *idola fori*). De forma análoga, Berkeley alertou para o efeito obscurecedor das palavras sobre o conhecimento humano:

Enquanto eu confinar os meus pensamentos às minhas próprias ideias despidas de palavras, não vejo como poderei facilmente errar. (...) Mas a obtenção desta vantagem pressupõe uma libertação completa do engano das palavras. (...) Seria, portanto, desejável que cada um se esforçasse ao máximo por obter uma visão clara das ideias que considerasse, separadas da roupagem e estorvo das palavras, que tanto contribuem para cegar o juízo. (Berkeley 1996: 21-22)

Os contornos do debate contemporâneo sobre a ação da linguagem sobre o pensamento começam a desenhar-se no séc. XVIII, momento em que se assiste a uma reavaliação da relação entre pensamento e linguagem. Neste contexto, importa realçar a conceção humboldtiana da linguagem como “órgão formador do pensamento” (Humboldt 1999: 54) e como possuidora de uma “visão do mundo” (1999: 59). De acordo com a linha de argumentação de Humboldt, não há objetos sem conceitos, porque a experiência limita-se a oferecer uma amálgama de dados sensoriais, e não há conceitos sem linguagem, porque é esta que articula e organiza o pensamento. Deste modo, a linguagem teria um papel constitutivo quer a nível do pensamento, quer a nível da realidade.

Publicado pela primeira vez em 2014

No séc. xx, dois linguistas norte-americanos, Sapir e Whorf, formularam a tese da relatividade linguística, que tem estimulado diversas investigações empíricas sobre a relação entre linguagem e pensamento. A referida tese afirma que a língua que falamos determina ou, numa versão mais fraca, influencia o modo como pensamos e percebemos a realidade. Mais precisamente, a tese da relatividade linguística assenta em três pontos fundamentais (cf. Gentner & Goldin-Meadow 2003: 4):

- (1) Diferentes línguas aplicam diferentes categorias ao mundo.
- (2) A estrutura e as categorias de uma língua afetam o modo como percebemos e compreendemos a realidade.
- (3) Diferentes línguas contêm diferentes visões do mundo.

A seguinte passagem de Whorf, que evoca naturalmente Humboldt, é frequentemente citada como expressão clara da referida tese:

Nós dissecamos a natureza de acordo com linhas estabelecidas pela nossa língua materna. As categorias e os tipos que abstraímos do mundo dos fenómenos não são encontrados porque se impõem aos observadores; pelo contrário, o mundo é apresentado num fluxo caleidoscópico de impressões que tem de ser organizado pelas nossas mentes – e isto significa, em larga medida, pelo sistema linguístico das nossas mentes. (Whorf 1956: 213)

De forma similar, George Orwell, num famoso apêndice à sua obra *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, descreve o modo como o regime totalitário descrito neste romance tinha procedido a uma reforma da língua inglesa de forma a formar uma Novilíngua (*Newspeak*) que supostamente impediria a formulação de pensamentos críticos ou subversivos.¹ Temos aqui uma interessante irrupção no domínio da literatura daquilo a que se poderia chamar a tese do determinismo linguístico. No mundo académico, importa também destacar o movimento de defesa de uma linguagem politicamente correta (de-

¹ “A Novilíngua (...) fora concebida para satisfazer as necessidades ideológicas do SOCING ou Socialismo Inglês. (...) O propósito da Novilíngua pretendeu não apenas proporcionar um meio de expressão para a visão do mundo e os hábitos mentais específicos dos adeptos do SOCING, mas também tornar impossível todas as outras formas de pensamento. Pretendia-se que (...) todo o pensamento herético (...) se tornasse literalmente impensável, pelo menos na medida em que o pensamento depende da palavra.”(Orwell 1997: 299-300)

purada de preconceitos ou enviesamentos de natureza sexista, racista ou classista), o qual se baseia na crença de que a linguagem influencia o pensamento.

A questão que se agora coloca é a de determinar qual o tipo de relação que existe entre pensamento e linguagem. Começaremos por fazer referência a respostas filosóficas a este problema, mas porque esta questão só pode ser devidamente tratada por uma reflexão empiricamente informada, serão também considerados contributos de disciplinas como a linguística e a psicologia, bem como da etologia cognitiva, uma vez que o estudo do pensamento animal também pode lançar luz sobre o problema da relação entre linguagem e pensamento.

2 A relação entre linguagem e pensamento: perspetivas filosóficas

A relação entre pensamento e linguagem já ocupa um lugar importante na obra de Frege. Apesar de a filosofia da linguagem de Frege não estar, em rigor, comprometida com a tese do carácter linguístico do pensamento, a verdade é que alguns pontos fundamentais da sua filosofia da linguagem tornam difícil conceber o pensamento à margem da linguagem. No seu famoso artigo “Der Gedanke”, Frege defendeu que os pensamentos não pertencem nem à esfera das representações subjetivas, nem ao mundo exterior, mas a um “terceiro domínio”. De acordo com Frege, o pensamento é uma entidade abstrata, independente do sujeito que o apreende, e isto de tal modo que ele não deixa de ser verdadeiro se não for pensado (Frege 1993: 50). Concebido nestes termos, o pensamento não depende da linguagem. Todavia, Frege também afirma que existe um paralelismo entre linguagem e pensamento e que a análise do pensamento deverá ser feita através da análise da linguagem, o que, não excluindo a possibilidade de pensamento não-linguístico, torna difícil a sua atribuição a criaturas não-linguísticas. Convém notar, a este respeito, que Frege também concebe o pensamento como o sentido de uma frase declarativa (avaliável como verdadeira ou falsa), o que torna difícil, na prática, separar pensamento e linguagem (cf. Bermúdez 2003: 19). O significado de uma frase é dado pelas suas condições de verdade, e é com

base no significado assim caracterizado que se poderia identificar o que um falante quer dizer. Recorrendo a uma conhecida distinção, haveria um primado explicativo do chamado “*sentence meaning*” sobre o “*speaker meaning*”.

Depois de Frege, desenvolveu-se na filosofia da linguagem contemporânea uma linha de argumentação importante em defesa do carácter linguístico do pensamento que se baseia na existência de uma conexão necessária entre conceito, crença e linguagem. Um dos principais defensores desta estratégia argumentativa é Davidson, o qual considerava que, com base numa caracterização correta das noções de conceito e crença, se pode inferir a existência de uma conexão necessária entre linguagem e pensamento. Na sua análise do conceito de conceito, Davidson defende que os conceitos possuem um carácter normativo e holístico que não pode ser reduzido à capacidade de discriminar aspetos do ambiente e de responder de forma diferencial a estímulos externos. Se fosse possível reduzir os conceitos a uma tal capacidade, nada nos impediria de atribuir conceitos a animais. Davidson alega, porém, que a capacidade percetiva de discriminar objetos equivale a meras disposições para reagir de determinado modo a certos objetos ou situações, mas as disposições não têm carácter normativo. A outra razão pela qual Davidson entende que os conceitos não podem ser reduzidos a princípios de discriminação prende-se com o seu holismo semântico e psicológico; Davidson entende que só se possui um conceito C se dominarmos as relações existente entre este conceito e outros conceitos associados. A seguinte passagem ilustra bem esta dupla crítica da possibilidade de conceitos em seres não-linguísticos:

Os ratos são muito bons a distinguir gatos de árvores, leões e cobras. Mas ser capaz de discriminar gatos não é a mesma coisa do que ter o conceito de gato. Tens o conceito de gato apenas se podes compreender a ideia de *aplicar incorrectamente* [*misapplying*] o conceito, de crer ou julgar que algo que não é um gato é um gato. Para ter o conceito de um gato, deves ter o conceito de um animal, ou pelo menos de um objeto físico subsistente, o conceito de um objeto que se move de certas maneiras. (Davidson 2001: 124)

O holismo semântico é uma tese controversa, que será apreciada abaixo, pelo que importa aprofundar a ideia de que conceitos e crenças têm um carácter normativo. Já vimos que a posse de um conceito envolve, segundo Davidson, padrões de correção ao nível

da sua aplicação. De forma análoga, Davidson alega que a posse de crenças implica a consciência do erro: “Não se pode ter uma crença a menos que se compreenda a possibilidade de se estar errado, e isto requer a apreensão do contraste entre verdade e erro, crença falsa e crença verdadeira” (Davidson 1984: 170). Segundo Davidson, uma tal distinção requer o conceito de crença. Por seu turno, a noção de verdade objetiva que é inerente ao conceito de crença requer um processo comunicativo ancorado num mundo partilhado e regulado por padrões linguísticos comuns. A interação social e linguística seria, assim, uma condição necessária para a consciência do erro.

Em suma, este argumento contra a possibilidade de pensamento não-linguístico baseia-se em duas premissas fundamentais: (1) a posse de crenças pressupõe o conceito de crença; (2) o conceito de crença pressupõe linguagem (cf. Davidson 2001: 102). A segunda premissa é aceitável. Todavia, é possível alegar que um animal pode simplesmente substituir uma crença falsa por outra verdadeira sem que para tal seja necessário o conceito de crença (Glock 2000: 56). Além disso, reações de surpresa nos animais, que podem ser provocadas por técnicas experimentalmente controladas de desabituação, através das quais um animal é confrontado com situações ilógicas ou anormais, podem ser interpretadas como indícios de consciência de erro. Por exemplo, pode atribuir-se o domínio de alguma aritmética elementar (envolvendo subtrações e adições até 3, por exemplo) a bebés e chimpanzés com base em experiências nas quais eles exibem precisamente reações de surpresa perante resultados ilógicos.² Tais reações indicariam uma capacidade de reconhecer o erro que não pressupõe o conceito de erro. Nestes casos, seria lícito atribuir pensamentos (embora rudimentares) a criaturas não-linguísticas. Prevenindo uma objeção deste tipo, Davidson (2001: 104) apresenta uma conceção exigente de surpresa, de acordo com a qual estar surpreendido requer o conceito de crença. Neste sentido mais sofisticado, não se encontra nos animais o fenómeno da surpresa.

² Cf. Pinker (1994: 68-70). Por exemplo, numa experiência em que há dois bonecos num palco, que é de seguida ocultado com uma cortina, e em que se vê uma mão a retirar um boneco do palco, quando a cortina é afastada os bebés olham demoradamente para o palco se o resultado for ilógico; se virem, por exemplo, dois bonecos em vez de um.

Mas o mentalismo, enquanto defesa do primado dos conteúdos mentais sobre a linguagem natural, também recolhe importantes apoios na filosofia analítica. Uma referência clássica, a este respeito, é Grice (1989), o qual defendia que o significado de *expressões* linguísticas deve ser analisado a partir de *elocuições* (entendidas como atos de fala) e que o significado destas últimas, por seu turno, depende do conteúdo de estados mentais, mais precisamente, das intenções de significação de um falante. Explicar o significado de elocuições com base nas intenções do falante parece estar de acordo com intuições comuns, mas uma tal estratégia comporta algumas dificuldades.

Considere-se, por exemplo, a personagem Humpty Dumpty de Lewis Carroll, a qual, depois de afirmar que ‘glória’ significa “um bonito argumento arrasador”, acrescenta que, quando usa uma palavra, ela “significa simplesmente aquilo que eu escolhi que ela significasse – nem mais nem menos” (Carroll 1988: 196). Ninguém aceitará uma tal teoria do significado, pelo que Grice, na sua tentativa de redução do significado linguístico a estados psicológicos, procurou evitar este perigo de arbitrariedade, e há, de facto, entre Grice e Humpty Dumpty uma diferença fundamental: na sua explicação do significado linguístico, a formação da intenção requer uma expectativa de sucesso (cf. Barber 2010: 34). Assim sendo, uma elocução significa que *p* se, e somente se, as seguintes condições forem cumpridas (Grice 1989: 213-223):

- (1) A elocução é feita com a intenção de induzir no interlocutor/auditório a crença de que *p*;
- (2) O interlocutor/auditório reconhece a referida intenção;
- (3) É o reconhecimento da referida intenção que conduz à formação da crença de que *p*.

Com esta formulação algo técnica, Grice pretende evitar a apresentação de contraexemplos para a sua tentativa de redução de significados a intenções, mas apesar deste esforço Searle construiu um exemplo interessante que põe em xeque a teoria de Grice. O exemplo é o de um soldado norte-americano que se encontra em Itália, na II Guerra Mundial, e que é detido por soldados italianos. Não sabendo falar italiano nem alemão, para convencer os seus captores de que é alemão, ele profere a única frase em alemão que conhece, da autoria de Goethe: “Kennst Du das Land wo die Zitronen blühen?”. De

acordo com as condições fixadas por Grice, a frase deveria significar algo como “sou um militar alemão”, mas, de facto, significa “conheces a terra onde os limoeiros florescem?”... A objeção de Searle é uma boa ilustração da dificuldade de reduzir significados linguísticos a conteúdos mentais, constituindo uma chamada de atenção para a necessidade de complementar uma análise mentalista do significado linguístico com outra dimensão essencial, a das convenções linguísticas que vigoram numa comunidade. Em todo o caso, e apesar de não ter desenvolvido uma conceção naturalista da mente, Grice lançou as bases para um programa mentalista de naturalização do conteúdo mental.

A hipótese da Linguagem do Pensamento (que podemos designar por LOT, tal como é conhecida em inglês) defende, pelo contrário, que o pensamento é anterior a e mais fundamental do que qualquer língua histórica, pelo que se pode atribuir pensamento a seres não-linguísticos.³ Recorde-se que, segundo Frege, se devia estudar o pensamento a partir da linguagem e conceber os pensamentos como os sentidos de frases. De acordo com a hipótese LOT, devemos partir não de frases, mas de atitudes proposicionais. Além disso, as atitudes proposicionais exprimem relações com representações mentais ou fórmulas numa linguagem do pensamento, a qual deve ser claramente distinguida da linguagem natural ou de qualquer língua histórica. A linguagem do pensamento é um meio representacional, realizado fisicamente no cérebro, que se assemelha a uma linguagem na medida em que é constituída por símbolos (representações mentais que correspondem às palavras de uma língua histórica) regulados por uma sintaxe própria e dotados de uma dimensão semântica, por se referirem a objetos ou aspetos da realidade. O pensamento consistiria na manipulação destes símbolos de acordo com a respetiva sintaxe. Para se designar esta linguagem do pensamento usa-se também o termo ‘mentals’; falar seria traduzir uma frase em mentalês para uma língua histórica como o português ou o inglês. Nas palavras de Pinker:

³ Importa salientar que a hipótese LOT não é uma hipótese puramente filosófica, no sentido de envolver investigações essencialmente conceptuais. Ela tem consequências empiricamente testáveis e foi desenvolvida a partir da década de 70 do séc. xx por corresponder às pressuposições de importantes teorias e programas de investigação no domínio da ciência cognitiva.

Saber uma língua, então, é saber como traduzir mentalês em séries de palavras e vice-versa. Pessoas sem uma língua continuariam a ter mentalês, e bebés e animais não-humanos têm presumivelmente dialetos ainda mais simples. (Pinker 1994: 82)

A ideia de que o pensamento conceptual tem uma estrutura similar a uma linguagem é motivada pelo facto de o pensamento partilhar certas características-chave com a linguagem, como a produtividade (a capacidade de formar corretamente novos pensamentos ou frases), a composicionalidade (o significado de representações mentais complexas, tal como o de expressões linguísticas, é determinado pelo significado e estrutura das partes constituintes) ou a sistematicidade (cf. e.g. Fodor 2008: 7). Outra atração da hipótese LOT é o facto de se articular naturalmente com a influente conceção computacional da mente, segundo a qual a cognição humana consiste no processamento de símbolos de acordo com regras ou algoritmos.

Em todo o caso, a hipótese LOT enfrenta várias dificuldades. Em primeiro lugar, apesar de ela depender da noção crucial de símbolo, é unanimemente reconhecido que os símbolos desta hipotética linguagem do pensamento permanecem uma noção obscura. Uma caracterização preliminar consiste em descrevê-los como configurações de matéria e energia que têm propriedades simultaneamente causais e representacionais. (cf. Pinker 1997: 76 e Schneider 2011: 14). Também a noção de uma frase ou fórmula na linguagem do pensamento é de certo modo esquivada, na medida em que não se refere a uma entidade observável, mas a uma “abstração funcional” que “não pode ser simplesmente inferida [*read off*] de padrões imediatamente observáveis de atividade cerebral” (Bermúdez 2003: 28).

Em segundo lugar, Fodor, o autor da primeira grande obra de referência para o programa da linguagem do pensamento (Fodor 1975), acabou por reconhecer que, apesar de os diferentes módulos da mente humana terem um carácter computacional, o sistema central não seria computacional, e isto devido a dois problemas fundamentais: o problema da relevância e o problema da globalidade. O primeiro refere-se ao facto de os seres humanos nos seus raciocínios, juízos e decisões terem a capacidade de selecionarem a informação relevante em cada contexto. Ora, é extremamente difícil simular tal capacidade em termos computacionais. O segundo problema diz respeito ao facto de a cognição humana ser sensível a propriedades

globais, que transcendem os limites de cada um dos seus módulos específicos. O papel cognitivo de uma crença, por exemplo, parece depender de aspetos do respetivo contexto, mas de acordo com a conceção computacional da cognição humana deve ser a sintaxe das representações mentais, e não os contextos de pensamento e de ação, a determinar os processos cognitivos.⁴

A noção crucial de conceito é igualmente problemática. Fodor adota uma conceção cartesiana dos conceitos por oposição a uma pragmatista. Isto significa que o pensamento e a perceção são anteriores à ação e que o *saber que* é anterior ao *saber como* (Fodor 2008: 10-14). Ao mesmo tempo, lamenta que se tenha difundido na filosofia e na ciência cognitiva uma conceção pragmatista dos conceitos, de acordo com a qual o que é essencial não é a relação do pensamento com os objetos representados, mas com as ações ou o comportamento. Ora, segundo Fodor (2008: 9), o pragmatismo “é talvez a pior ideia que a filosofia já teve”. Também o atomismo semântico defendido por Fodor é controverso e rejeitado, por exemplo, pela assim chamada semântica do papel conceptual, muito influente nos domínios da filosofia da linguagem e da ciência cognitiva. Esta teoria semântica tem claras afinidades com a conceção funcionalista da mente, segundo a qual os estados mentais são estados funcionais que se distinguem pelo seu papel causal, mais especificamente, pelas suas relações com estímulos externos, com outros estados mentais e com reações comportamentais. De forma análoga, a semântica do papel conceptual afirma que o significado de expressões linguísticas e o conteúdo de estados mentais são determinados pelo papel das respetivas expressões ou estados. Esta teoria semântica pode ser articulada com a hipótese LOT, mas diverge claramente da versão fodoriana, uma vez que apresenta uma conceção holística e, como diria Fodor, pragmatista dos conceitos. Relativamente a este último ponto, a referida teoria semântica defende que “o significado e o conteúdo derivam do uso, e não ao contrário” (Greenberg & Harman 2006: 295).

A semântica do papel conceptual conduz naturalmente a um holismo do significado e do conteúdo mental, o qual, segundo Fodor, tem consequências desastrosas. Vejamos porquê. Partindo da crítica

⁴ Para uma tentativa de resolver estes problemas dentro do espírito de uma teoria computacional da mente, cf. Schneider (2011: cap. 2 e cap. 3).

de Quine à distinção analítico/sintético, Fodor e Lepore (1992: cap. 6) alegam que a semântica do papel conceptual não dispõe de um critério para distinguir entre as relações inferenciais que são constitutivas do significado ou conteúdo mental daquelas que não são. Como em diferentes indivíduos (ou no mesmo indivíduo ao longo do tempo) símbolos e conteúdos se integram em diferentes redes de relações, então diferentes indivíduos não poderiam partilhar os mesmos conceitos ou estados intencionais; uma consequência grave que inviabilizaria a psicologia intencional. Por outro lado, o papel conceptual não teria carácter composicional, ao contrário do pensamento, o que retiraria plausibilidade à semântica do papel conceptual enquanto teoria da representação mental. Uma linha de defesa possível contra esta crítica do holismo consiste em elaborar uma concepção de semelhança de conteúdo, em vez da noção mais forte de identidade de conteúdo. Outra possibilidade passa pelo desdobramento do conteúdo mental em dois componentes: o conteúdo estreito (o papel conceptual presente numa mente individual) e o conteúdo amplo (que diz respeito à relação entre representações mentais e os seus referentes ou condições de verdade no mundo exterior).⁵

3 A relação entre linguagem e pensamento enquanto problema empírico

A discussão de vários problemas filosóficos tradicionais pode recolher importantes benefícios de investigações empíricas, e o problema da relação entre pensamento e linguagem é disso um bom exemplo. Em particular, investigações psicológicas e linguísticas são particularmente relevantes para determinar o tipo de relação existente entre pensamento e linguagem. Veja-se o caso da tese de Sapir-Whorf, inspirada pelo estudo de diferenças significativas entre línguas europeias e línguas de índios norte-americanos, diferenças que abrangem quer o domínio da semântica, quer o da sintaxe. Como já se referiu, Sapir e Whorf defendiam que a língua que falamos afeta o modo como pensamos e percebemos a realidade. Mas a verdade é que a

⁵ Em Block 1994, encontra-se uma defesa da semântica do papel conceptual que faz referência a estas duas linhas de defesa, que são, por seu turno, objeto de análise crítica em Fodor and Lepore 1992: cap. 6.

tese de Sapir-Whorf foi objeto de um forte reação crítica na segunda metade do séc. xx.

Um dos fatores que contribuiu para a crítica da tese da relatividade linguística prende-se com uma reapreciação das divergências existentes entre os vocabulários de cores. Como se sabe, diferentes línguas classificam de forma diferente as cores. Em russo, por exemplo, azul-escuro e azul-claro são duas cores diferentes, e se compararmos línguas europeias com línguas de outros continentes encontramos diferenças bem mais significativas. Estas diferenças poderiam ser consideradas como uma ilustração da tese da relatividade linguística, uma vez que, de um ponto de vista estritamente físico, não há razões para segmentar o espectro de cores de um determinado modo e não de outro. A ação da linguagem parece ser decisiva na classificação das cores, mas o verdadeiro problema é o da influência dos vocabulários de cores ao nível cognitivo. Num primeiro momento, e sob a influência da tese de Sapir-Whorf, conjecturou-se que a linguagem influencia a capacidade de reconhecer e recordar cores. Todavia, Heider (1972), na sequência de uma investigação sobre a língua Dani, desferiu um sério golpe na tentativa de recorrer aos vocabulários de cores para fundamentar a tese de Sapir-Whorf. Com efeito, a referida língua tem dois termos básicos para cores (que se podem traduzir aproximadamente como ‘claro’ e ‘escuro’), mas apesar desta especificidade Rosch Heider observou que os seus falantes classificam os objetos de forma análoga aos falantes de língua inglesa. As suas investigações levaram-na a concluir que a percepção de cores se baseia em alguns pontos focais no espectro das cores que seriam identificados pelos falantes de diferentes línguas. Em contraste com a tese de Sapir-Whorf, a percepção da cor seria determinada pela biologia e não pela estrutura de uma língua.

Outro fator que contribuiu para o declínio da tese de Sapir-Whorf foi a influência conjunta exercida por Chomsky, com a sua defesa do carácter fundamentalmente universal e inato da gramática, e pela já analisada hipótese LOT, a qual, com a sua tese de que os seres humanos partilham no essencial a mesma estrutura conceptual, permite estender o inatismo linguístico de Chomsky ao campo da semântica. A seguinte declaração de dois defensores da hipótese LOT ilustra de

forma clara a oposição da referida hipótese ao princípio da relatividade linguística:

As categorias e estruturas linguísticas resultam de correspondências [*mappings*] mais ou menos diretas com um espaço conceptual preexistente, programado na nossa natureza biológica: os seres humanos inventam palavras que rotulam os seus conceitos. (Li & Gleitman 2002: 266)

Convém notar, a este respeito, que uma conceção inatista dos conceitos não implica uma negação do papel da experiência no que diz respeito à posse de conceitos; enquanto o empirista alega que os conceitos são abstraídos da experiência, o inatista contrapõe que são ocasionados pela experiência (Fodor 1998: 127). Em ambos os casos, o papel da experiência é reconhecido. Um defensor da hipótese LOT pode inclusivamente sentir-se incomodado com um inatismo conceptual radical e defender que grande parte dos nossos conceitos são “psicologicamente primitivos e não inatos” e que em vez de um nativismo de conceitos se pode optar por um nativismo de mecanismos de formação de conceitos (Fodor 1998: 137 e 142).⁶

Em todo o caso, não se pode dizer que a tese de Sapir-Whorf tenha sido refutada, porque continua a haver um número significativo de investigadores a defender versões fracas da referida tese ou a descobrir exemplos dos chamados “efeitos whorfianos”. Em primeiro lugar, a enorme diversidade semântica existente entre as línguas torna pouco plausível a ideia de que as nossas redes conceptuais possam ser satisfatoriamente fundadas numa base essencialmente biológica. Um autor que merece ser destacado neste contexto é Levinson, que contrapõe ao “Inatismo Simples”, resultante da articulação entre a tese da gramática universal de Chomsky e a hipótese LOT, uma

⁶ Partindo de uma análise do conceito de “maçaneta” (um candidato improvável a conceito inato...), Fodor (1998: cap. 6) defende que conceitos deste tipo não podem ser adquiridos indutivamente através da formulação e teste de hipóteses, pois um tal procedimento pressupõe uma compreensão prévia dos conceitos. Eles devem ser concebidos como “propriedades de aparecimento” (*appearance properties*), como por exemplo “vermelhidão”. Assim sendo, o que constitui a propriedade de “maçaneta” é facto de ela nos afetar [*strike*] de certo modo. Mais precisamente: “o que as maçanetas têm em comum enquanto maçanetas é serem o tipo de coisa a que o nosso tipo de mentes se liga (ou ligaria [*lock*]) a partir de instâncias do estereótipo de maçaneta” (Fodor 1998: 137).

“Alternativa Coevolucionária”, assim chamada por defender que a evolução humana em geral, e da linguagem em particular, se desenvolve em dois eixos, o genético e o cultural. O “Inatismo Simples”, ao procurar fundar a capacidade linguística numa base fundamentalmente biológica, teria negligenciado erradamente a dimensão cultural da linguagem. Levinson, pelo contrário, apesar de reconhecer que a nossa constituição biológica impõe limites à variabilidade linguística, também afirma que ela é insuficiente para explicar satisfatoriamente boa parte das propriedades relevantes da linguagem, que só podem ser compreendidas com base na interação entre biologia e cultura. Muitas diferenças semânticas ou conceituais requerem uma explicação apoiada em práticas sociais e culturais. A base biológica da linguagem, longe de formar no essencial o nosso espaço conceptual, deve ser entendida como um “mecanismo de aprendizagem maravilhosamente adaptado para discernir a variabilidade de sistemas culturais distintos” (Levinson 2003: 27).

Em segundo lugar, assistiu-se nas últimas décadas a um interesse renovado na obra de Vygotsky, o psicólogo russo que, apesar de reconhecer que a linguagem e o pensamento têm origens diferentes, defendeu que desde cedo se entrelaçam no desenvolvimento cognitivo da criança. Vygotsky pode emprestar alguma plausibilidade a uma versão fraca da tese de Sapir-Whorf, na medida em que defende que a linguagem promove certas capacidades. Por exemplo, investigações sobre a influência de sistemas linguísticos de numeração sobre a aprendizagem da matemática têm revelado que os falantes de línguas com um sistema pobre de numerais têm maiores dificuldades no domínio da matemática (cf. Gordon 2010).

Em terceiro lugar, novas investigações incidindo já não sobre o vocabulário de cores mas sobre categorias espaciais (cf. e.g. Levinson 1996) sugerem que a diversidade de categorias linguísticas espaciais se reflete em tarefas cognitivas. Um exemplo ilustrativo desta influência faz-se sentir nos quadros de referência espacial incorporados numa língua: relativos (baseados em distinções como esquerda/direita, frente/atrás), intrínsecos (assim chamados por se basearem em propriedades intrínsecas de um objeto ou aspetos de uma paisagem) e absolutos (baseados em direções cardiais, que podem ser indicadas pelos próprios pontos cardiais, mas não necessariamente). Levinson, que conduziu estudos sobre a influência cognitiva

destes quadros de referência, concluiu, por exemplo, que falantes de uma língua caracterizada por um quadro absoluto de referência manifestam um melhor sentido de orientação espacial (cf. Levinson 1996 e 2003).

Em quarto lugar, estudos posteriores à investigação de Rosch Heider sobre a língua Dani sugerem a existência de uma influência limitada dos vocabulários de cores no reconhecimento de cores, e defensores de uma posição universalista (por oposição à tese da relatividade linguística) admitem sintomaticamente que o “pêndulo” da investigação sobre as cores está a dirigir-se novamente para o relativismo (cf. Regier *et al.* 2010).⁷ A existência de uma oscilação entre os polos do relativismo e do universalismo no debate sobre a influência da linguagem ao nível das cores pode dever-se ao facto de a percepção da cor envolver dois sistemas, um linguístico e outro não-linguístico, cujo peso relativo é avaliado diferentemente por diferentes investigadores.⁸

Em quinto lugar, vários autores têm contestado tentativas tradicionais de identificar emoções humanas fundamentais que, em virtude da sua base biológica, teriam um carácter universal. Goddard (2010), por exemplo, defendendo a tese de que a linguagem e a cultura moldam a experiência emocional, mostra a dificuldade de traduzir as emoções básicas designadas pelos termos ingleses ‘sad’ e ‘unhappy’ para chinês; os termos mais parecidos seriam ‘bei’, que se distingue, porém, pelo seu carácter simultaneamente pessimista e fatalista, e ‘chou’, que se pode traduzir por preocupação, dada a sua distintiva orientação para o futuro. Wierzbicka (2009) alerta, a este respeito, para o facto de as tentativas de identificação de emoções básicas universais serem permeáveis ao etnocentrismo por negligenciarem as variações linguísticas e culturais.

⁷ Encontra-se em Lund 2003: 16-18 uma exposição concisa do significado dos estudos sobre as cores para a tese da relatividade linguística. Malt & Wolff 2010 contém estudos mais recentes, não só sobre a influência da linguagem sobre as cores, mas também sobre outras dimensões da influência da linguagem sobre o pensamento.

⁸ Roberson e Hanley (2010) defendem precisamente uma teoria dual do processamento da cor, considerando que não há razões para se considerar o sistema linguístico como superficial relativamente ao sistema não-linguístico.

Por último, estudos sobre indivíduos bilingues também permitem lançar alguma luz sobre a relação entre linguagem e pensamento. Pavlenko (2011), baseada em dados introspectivos de indivíduos bilingues, destaca o facto de serem frequentes as referências a uma relação estreita entre linguagem e identidade pessoal, bem como ao sentimento de dupla personalidade;⁹ a mesma história de vida, por exemplo, pode aparecer a uma luz diferente se narrada numa segunda língua (cf. Pavlenko 2011: 4-9).

4 Pensamento animal

O debate filosófico sobre a relação entre pensamento e linguagem estende-se naturalmente ao domínio da cognição animal, uma vez que se for correta a tese de que o pensamento tem carácter linguístico seremos forçados a concluir que os animais não pensam. Inversamente, provada a existência de pensamento animal, cai a tese de que o pensamento requer linguagem. No debate sobre o pensamento animal, podemos distinguir três posições fundamentais: o lingualismo, a tese de que só seres linguísticos pensam; o mentalismo, a tese oposta segundo a qual se pode atribuir pensamento a criaturas não-linguísticas; e uma posição intermédia (ou conjunto de posições intermédias), que, embora aceitando a existência de pensamento não-linguístico, ressalva que se trata um tipo de pensamento substancialmente diferente do pensamento humano. Um lingualista como Davidson nega, como vimos, a existência de pensamento animal, considerando as atribuições comuns de crenças e desejos a animais e crianças pré-linguísticas como sendo simplesmente uma *façon de parler*, ao passo que um mentalista que perfilhe, como Fodor, a hipótese LOT não terá dificuldades em afirmar a existência de pensamento animal.

É indiscutível que se encontram no mundo animal exemplos de racionalidade instrumental, incluindo comportamentos que visam induzir outros animais em erro, o que indicia um certo grau de so-

⁹ Num inquérito realizado por Pavlenko e Dewaele sobre o modo como indivíduos bilingues avaliam o impacto da língua sobre a sua identidade, vários participantes afirmaram que ser bilingue equivale a ter duas identidades diferentes (Pavlenko 2011: 9-10).

fisticação mental, mas a questão central é a de saber se é necessário atribuir desejos e crenças para explicar o comportamento animal. Segundo uma famosa regra metodológica da psicologia (que se estende à etologia), o cânone de Morgan, não se deve explicar um comportamento com base em faculdades psicológicas de nível superior se o mesmo comportamento for explicável com base em mecanismos mais básicos. Isto significa que só se deverá atribuir desejos e crenças a animais se não houver outra estratégia explicativa do comportamento animal. A este respeito, podem explorar-se várias hipóteses. Dummett, por exemplo, procura evitar as posições extremas do lingualismo e do mentalismo, recorrendo à noção de protopensamento para caracterizar o tipo de pensamento não-linguístico que se encontra nos animais e distingui-lo, assim, do pensamento típico de seres linguísticos. O protopensamento animal distinguir-se-ia pela sua “incapacidade de desprendimento perante a atividade e circunstâncias presentes” e por o seu veículo consistir em “imagens espaciais sobrepostas sobre perceções espaciais” (Dummett 1994: 123). Os protopensamentos podem ser corretos ou incorretos, mas de um modo diferente do pensamento linguístico ou proposicional, dado que a noção de correção é aqui eminentemente pragmática por remeter para o sucesso dos comportamentos. Deste modo, a explicação do comportamento seria diferente para seres linguísticos e não-linguísticos, porque só no primeiro caso, e não no segundo, se poderia aplicar uma psicologia de desejos e crenças.

Outra forma de distinguir o tipo de pensamento característico de criaturas linguísticas e não-linguísticas é a proposta por Bermúdez (2003), o qual destaca dois traços fundamentais numa explicação psicológica: em primeiro lugar, ela tem um carácter teleológico, na medida em que concebe o comportamento como estando orientado para certos fins; em segundo lugar, o comportamento a explicar não pode ser determinado de forma linear por estímulos externos: “a essência de uma explicação psicológica é que ela explica o comportamento nos termos de como uma criatura *representa* o seu ambiente, e não simplesmente nos termos dos estímulos que ela deteta” (Bermúdez 2003: 8). Deste modo, importa esclarecer que tipo de representações caracterizam o pensamento animal. Ao contrário de Dummett, que defende que o pensamento animal é fundamentalmente não-proposicional, Bermúdez defende que uma explicação

adequada do comportamento animal deve incluir uma psicologia de desejos e crenças, a qual seria possível com base numa “semântica de sucesso”. Recorre-se aqui à noção de sucesso, porque o conteúdo das crenças poderia ser determinado por condições de *utilidade*, as quais são estados de coisas cuja existência conduz à satisfação de desejos, enquanto o conteúdo dos desejos seria determinável por condições de *satisfação*, que consistem nos estados de coisas cuja existência conduz à cessação do comportamento causado pelo desejo (Bermúdez 2003: 104-5).

Rui Silva
 Universidade dos Açores
 LanCog Group/Universidade de Lisboa

Referências

- Barber, Alex. 2010. *Language and Thought*. Milton Keynes: Open University Press.
- Berkeley, George. 1996. *Principles of Human Knowledge. Three Dialogues*. Oxford: Oxford University Press.
- Bermúdez, José. 2003. *Thinking without Words*. Oxford: Oxford University Press.
- Block, Ned. 1994. Advertisement for a Semantics for Psychology. In *Mental Representation: A Reader*, edited by Stephen Stich and Ted Warfield. Oxford: Blackwell.
- Carroll, Lewis. 1988. *Through the Looking-Glass*. In *The Complete works of Lewis Carroll*. London: Penguin.
- Davidson, Donald. 1984. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press.
- Davidson, Donald. 2001. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press.
- Dummett, Michael. 1994. *Origins of Analytical Philosophy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Fodor, Jerry. 1975. *The Language of Thought*. New York: Thomas Y. Crowell.
- Fodor, Jerry. 1998. *Concepts: Where Cognitive Science Went Wrong*. Oxford: Clarendon Press.
- Fodor, Jerry. 2008. *LOT 2: The Language of Thought Revisited*. Oxford: Oxford University Press.
- Fodor, Jerry & Lepore, Ernest. 1992. *Holism. A Shopper's Guide*. Oxford: Blackwell.
- Frege, Gottlob. 1993. Der Gedanke. In *Logische Untersuchungen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Gentner, Dedre & Goldin-Meadow, Susan. 2003. Whither Whorf. In *Language in Mind: Advances in the Study of Language and Thought*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Glock, Hans-Johann. 2000. Animals, Thoughts and Concepts. *Synthese* 123: 35-64.
- Goddard, Cliff. 2010. Universals and Variation in the Lexicon of Mental State Concepts. In *Words and the Mind: How Words Capture Human Experience*, edited by Barbara Malt and Phillip Wolff. Oxford: Oxford University Press.
- Gordon, Peter. 2010. Worlds without Words: Commensurability and Causality in Language, Culture, and Cognition. In *Words and the Mind: How Words Capture*

- Human Experience*, edited by Barbara Malt and Phillip Wolff. Oxford: Oxford University Press.
- Greenberg, Paul & Harman, Gilbert. 2006. Conceptual Role Semantics. In *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*, edited by Ernest Lepore and Barry Smith. Oxford: Oxford University Press.
- Grice, Paul. 1989. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Heider, Eleanor Rosch. 1972. Universals in color naming and memory. *Journal of experimental Psychology* 93: 10-20.
- Humboldt, Wilhelm von. 1999. *On Language: On the Diversity of Human Language Construction and its Influence on the Mental Development of the Human Species*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levinson, Stephen. 1996. Relativity in Spatial Conception and Description. In *Rethinking Linguistic Relativity*, edited by John Gumperz and Stephen Levinson. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levinson, Stephen. 2003. Language and Mind: Let's Get the Issues Straight! In *Language in Mind: Advances in the Study of Language and Thought*, edited by Dedre Gentner and Susan Goldin-Meadow. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Li, Peggy & Gleitman, Lila. 2002. Turning the tables: Language and spatial reasoning. *Cognition* 83: 265-294.
- Lund, Nick. 2003. *Language and Thought*. London: Routledge.
- Malt, Barbara & Wolff, Phillip (eds.). 2010. *Words and the Mind: How Words Capture Human Experience*. Oxford: Oxford University Press.
- Orwell, George. 1997. *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Antígona.
- Pavlenko, Aneta. 2011. Introduction: Bilingualism and Thought in the 20th Century. In *Thinking and Speaking in Two Languages*, edited by Aneta Pavlenko. New York/Bristol: Multilingual Matters.
- Pinker, Steven. 1994. *The Language Instinct*. London: Penguin.
- Pinker, Steven. 1997. *How the Mind Works*. New York: Norton & Company.
- Regier, Terry, Kay, Paul, Gilbert, Aubrey & Ivry, Richard. 2010. Language and Thought: Which Side Are You on, Anyway? In *Words and the Mind: How Words Capture Human Experience*, edited by Barbara Malt and Phillip Wolff. Oxford: Oxford University Press.
- Roberson, Debi & Hanley, Richard. 2010. Relatively Speaking: An Account of the Relationship between Language and Thought in the Color Domain. In *Words and the Mind: How Words Capture Human Experience*, edited by Barbara Malt and Phillip Wolff. Oxford: Oxford University Press.
- Schneider, Susan. 2011. *The Language of Thought. A New Philosophical Direction*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Searle, John. 1971. What is a speech act? In *The Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press.
- Whorf, Benjamin L. 1956. *Language, Thought, and Reality*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Wierzbicka, Anna. 2009. Language and metalanguage: Key issues in emotion research. *Emotion Review* 1: 3-14.